

**Um Ilustrado na Corte dos Trópicos: Silvestre
Pinheiro Ferreira e o mundo luso-brasileiro
(1809-1821)**

Sandra Rinco Dutra

Mestranda em História pela
Universidade Federal de Juiz de Fora.
Membro do Núcleo de Estudos sobre
Madame de Staël e o Romantismo, da UFJF.
sandrinco@hotmail.com

Resumo:

Esse trabalho tem como objetivo analisar em linhas gerais a trajetória do conselheiro Silvestre Pinheiro Ferreira, no período em que esteve no Brasil e atuou junto à Corte de D. João VI (1809-1821), enfocando seu empenho em obter soluções para salvaguardar a soberania do trono e a integridade do Império, assim como sua participação nos episódios mais importantes da época. Nos doze anos de sua permanência, teve significativa atuação política e deixou escrita uma história instigante, que influenciaria todo o período imperial brasileiro.

Palavras-chave: Silvestre Pinheiro Ferreira; Império português; século XIX.

Introdução:

Em Portugal, os “homens de letras”, direta ou indiretamente ligados à estrutura administrativa do Estado, foram os responsáveis pela execução dos mais importantes

projetos a partir de 1750. Suas trajetórias político-intelectuais, apoiadas na condição comum de “estrangeirados”²⁶, demonstraram que estes observavam a situação portuguesa baseados no embate instituído entre a realidade nacional e os diversos contextos da Ilustração europeia. Dessa forma, enunciavam suas visões sobre a específica posição de Portugal na conjuntura internacional de efervescência de novas idéias e avanços científicos, além de proposições reformistas pela necessidade de uma reordenação profunda naquela sociedade, seguindo o curso do processo europeu. Foram unânimes em identificar o atraso cultural do Reino como a barreira, por excelência, a ser superada no processo de inversão de sua decadência econômica, e indicavam a hegemonia ideológica da escolástica, assim como a intervenção econômica inglesa no país, como causas de tal atraso.²⁷ Apesar desse anseio de modernização por uma parcela expressiva da elite, não se falava e nem se queria prescindir da presença do poder real, ou seja, essa reforma deveria ser feita de maneira a conservar, e mesmo reforçar, tal poder.

Sendo assim, a monarquia portuguesa pôde contar com uma gama de intelectuais que eram favoráveis ao Império em todos os sentidos, preocupados com seu futuro e inclinados a afastar os ecos revolucionários, a todo custo, para sua manutenção; homens que expressavam uma deliberação consciente à esse respeito a partir do campo de possibilidades em que se inseriam.²⁸ Homens como o conselheiro Silvestre Pinheiro Ferreira, que teve grande importância nos negócios do Estado no período em que a família

²⁶ Segundo Ana Rosa Cloquet da Silva, os “estrangeirados” compunham um grupo que abarcava os homens portugueses que, longe do reino luso, embebiavam-se do pensamento ilustrado, ou que, por criticarem seu tradicionalismo, eram banidos do âmago da sociedade portuguesa, ainda que muitas vezes concordassem com a ordem estabelecida. Aludidos pela historiografia como fundamentais na composição e disseminação da ilustração lusitana, reivindicaram continuamente para si a condição de propagadores “*da cultura estrangeira e das técnicas do tempo*”, no sentido de equiparar Portugal às demais nações europeias “*cultas*”. - SILVA, Ana Rosa Cloquet da. *Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2006, p. 39.

²⁷ Essa suposta discrepância do Reino em relação à outras partes da Europa, quanto a introdução das novas idéias iluministas, deveu-se a uma específica relutância da sociedade lusitana, extremamente enraizada na tradição, em aceitá-las. - *Ibidem*, pp. 36-48 *passim*. Por isso, o Reformismo Ilustrado português foi uma incorporação seletiva das Luzes, uma vez que, por um lado, repeliu as idéias ilustradas que colocavam em xeque as prerrogativas absolutistas do trono, o domínio colonial e a religião católica e, por outro, procurou realizar reformas econômico-sociais no sentido de promover o desenvolvimento manufatureiro e comercial da metrópole e de romper com o panorama cultural vigente em Portugal e seus domínios. Dessa forma, a Ilustração foi, ao mesmo tempo, referência e alvo de ataques. - VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808: O Império luso-brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 17-18.

²⁸ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Construtores e Herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política*. Almanack Braziliense, nº1, mai/2005, p. 12.

real portuguesa refugiou-se no Brasil. Pensador, erudito, teórico do liberalismo político, participou diretamente das mais importantes decisões nos momentos de crise os quais o Império português foi submetido nas primeiras décadas dos Oitocentos - como veremos a seguir - e teve suas idéias consideradas como elemento preponderante praticamente em todo o período imperial brasileiro.

O período pré-Brasil:

Nascido em Lisboa, a 31 de dezembro de 1769, Pinheiro Ferreira era o filho do meio de três irmãos e seus pais pertenciam à classe industrial, inseridos no esquema de ascensão social pombalino. Começou seus estudos na Congregação do Oratório, mas por um conflito de idéias deixou a Ordem e tornou-se professor em Lisboa. Em 1794, ingressou como professor substituto de Filosofia Racional e Moral no Colégio das Artes, anexo à Universidade de Coimbra. Novamente entrou em conflito, dessa vez por propagar o sensualismo²⁹ de Locke, Bacon e Condillac à revelia da tradição escolástica conservadora portuguesa³⁰, sendo apodado de jacobino e conspirador. Perseguido pela Inquisição, fugiu para a Holanda, em 1797, ficando sob a proteção do embaixador de Portugal em Haia, Antônio de Araújo de Azevedo, futuro Conde de Barca, que, além de ter conseguido regularizar sua situação com o perdão de sua fuga, lançou-o à carreira diplomática, nomeando-o secretário de embaixada em Paris e, mais tarde, também em Haia.

Após uma viagem de estudos ao norte da Alemanha e uma curta temporada de volta a Lisboa, Pinheiro Ferreira foi nomeado Encarregado de Negócios de Portugal na Corte de

²⁹ No *Sensualismo*, todo o saber e todas as virtudes do espírito provêm da sensação, dessa forma, toda compreensão e apreensão do espírito humano é fruto da experiência. A verdade suprema tem por princípio a matéria e a racionalidade; os valores éticos são relativos e a percepção sensorial é a única fonte de conhecimento e verdade. – *O Iluminismo Francês*. Disponível em: O Mundo dos Filósofos <www.mundodosfilosofos.com.br> Acesso em: 15 out. 2007 (Autor desconhecido).

³⁰ A Escolástica foi um conjunto de doutrinas filosófico-teológicas aplicadas nas escolas e universidades medievais. Como traços característicos, podemos apontar: a subordinação do pensamento grego à teologia, com Deus como o fundamento de todas as coisas; a defesa da Igreja contra as instituições seculares; também a adoção do método lógico-formal. No século XVI, houve um movimento de renovação da filosofia escolástica em Portugal e na Espanha, em resposta à Reforma Protestante. No campo político, manifestou-se através o Concílio de Trento (1545-1563) e com a Fundação da Companhia de Jesus (1534-1540). No campo filosófico retomou as teses fundamentais escolásticas e buscou a restauração dos princípios do tomismo nas Universidades de Coimbra e Salamanca, mediante os estudos e comentários das obras de São Tomás de Aquino. – BRAY, Renato Toller. *O Processo Civilizatório no Brasil e a Escolástica: Questões de História do Direito*. Revista Boletim Jurídico, Uberaba, Ano V, n. 261, ed. 153, nov./2005.

Berlim, em 1802; este foi o auge de sua carreira até então. A estadia berlinense foi de extrema relevância, tanto para seu enriquecimento intelectual quanto para o enriquecimento do patrimônio científico lusitano. Nos intervalos entre seus afazeres diplomáticos, o conselheiro pôde acompanhar o movimento idealista pós-kantiano, assistindo as conferências e debates de *Fichte* e *Schelling*³¹; também cursou Mineralogia, sendo aluno de *Karsten* e *Werner*³². Incumbido pelo governo português, Silvestre Pinheiro comprou para a Universidade de Coimbra uma célebre coleção mineralógica, a de *Pabst de Ohain*³³. Mas, por conta das campanhas napoleônicas, tal coleção acabou por ser destinada ao Rio de Janeiro e à ela foram integradas outras pedras características da região.

De lá, ao que tudo indica, Silvestre Pinheiro Ferreira teve conhecimento dos planos de invasão da Península Ibérica pelas tropas francesas. Já em 1803, ele apresentou perante o trono português um ofício no qual expunha o seu temor pelas conseqüências de tal ação e

³¹ *Johann Gottlieb Fichte* (1762 -1814) foi o primeiro e maior discípulo de Kant e um dos principais filósofos idealistas de grande destaque na Alemanha, nas primeiras décadas do século XIX. Dedicou-se em demonstrar a falha do kantismo, que residia na atribuição da liberdade e de Deus como a coisa última, o "absoluto". Para Fichte, o "absoluto" é o Eu. "*Mesmo que não possa ter um conhecimento de si fora do pensamento, a coisa pensante existe e tem intuição de si mesma como o Eu, e é a coisa última*". O Eu é compreendido em si mesmo como ação; o pensamento é posterior. *Friedrich Wilhelm Joseph von Schelling* (1775 - 1854) foi outro proeminente filósofo idealista alemão, também preocupado em evidenciar o equívoco contido no kantismo. Do mesmo modo, analisou a filosofia de Hegel, que via o "absoluto" como um sistema lógico universal, regente de todas as coisas, até mesmo do homem. Para Schelling, o "absoluto" é uma fonte singular da qual se diferenciam todos os seres. Tudo que é e existe possui uma característica essencial. "*Todas as coisas, por diferentes que pareçam, vistas de um certo ponto, vêem fundir-se na matriz idêntica de todo ser que é o 'absoluto'. A realidade é uma evolução, e se manifesta por etapas sucessivas. Passa de natureza inorgânica à natureza orgânica, e desta ao espírito*". Além disso, criticou Fichte pelo fato de ter visto a natureza somente como um objeto em sua subordinação ao homem, assim como fez Hegel. - *O Idealismo Pós-Kantiano: Fichte, Schelling e Schleiermacher*. Disponível em: Mundo dos Filósofos – www.mundodosfilosofos.com.br. Acesso: 17 maio 2008 (Autor desconhecido).

³² *Dietrich Ludwig Gustav Karsten*, (1768-1810) foi professor de mineralogia e ciências da mineração e curador da coleção de minerais da Academia de Mineração de Berlim. Com sua dedicação e empenho, ele conseguiu aumentar significativamente tal coleção, tornando-se um grande especialista na área. - *Institute of Mineralogy: History*. Disponível em: Museum für Naturkunde Berlin - www.museum.hu-berlin.de. Acesso: 19 mai. 2008 (Autor desconhecido). *Abraham Gottlob Werner* (1749-1817) foi o fundador da Geognosia, ciência que, no final do século XVIII, buscava descrever os constituintes minerais e rochosos da Terra. A Geognosia se contrapunha à Geologia, ciência que se empenhava a decifrar os processos da dinâmica planetária. - MENEGAT, Rualdo. *Arqueologia do Conhecimento Português a época do Descobrimento e as Fontes sobre a Territorialização Científica do Brasil*. Revista Episteme, Porto Alegre, n. 15, ago./dez. 2002, p. 5-14.

³³ A coleção mineralógica de *Pabst de Ohain*, com um acervo de mais de 7500 exemplares, pertencia ao especialista em mineralogia alemão Karl Eugen Pabst von Ohain (1718-1784). Após sua morte, ela foi reorganizada por Werner e comprada pelo governo de Portugal, inicialmente para a Universidade de Coimbra, mas enviada para a Universidade do Rio de Janeiro, onde foi usada no ensino de mineralogia e geologia. - *Library: Schultz's Biobibliography*. Disponível em: The Mineralogical Record. - www.minrec.org - Acesso em: 20 mai. 2008 (Autor desconhecido).

aconselhava que “nenhum outro recurso restava, senão o de procurar quanto antes nas suas colônias um asilo contra a hidra então nascente, que jurava a inteira destruição das antigas dinastias da Europa”. Na verdade, o que era um aviso de cautela, foi visto como um ato de pânico por parte do conselheiro. Mas, como ele mesmo observou, “ainda bem não tinha decorrido um lustro, quando os sucessos confirmavam as minhas predições”, isto é, em 1807 o Reino de Portugal pôde comprovar seu prognóstico.³⁴ Porém, ao operar sem a devida cautela no que se referia à política de Napoleão e o sistema de forças na Europa, Pinheiro Ferreira atraiu para si próprio a ira do Imperador que, também tendo conhecimento da opção política pró-britânica da Corte portuguesa, lhe desobrigou das funções diplomáticas berlinenses e exigiu sua partida da Alemanha.

O motivo de sua ida para o Brasil não é certo, já que poderia ter ficado na Europa, mas sabemos que aqui chegou em 1809. Existem algumas versões acerca da razão que teria levado Silvestre Pinheiro para o Brasil. Uma delas é que tendo sido encarregado de organizar uma companhia de espingardeiros alemães para o estabelecimento de uma fábrica de espingardas em Portugal, no intuito de se fazer frente à expansão ofensiva das técnicas militares napoleônicas, mas com a Corte de partida para o Brasil e arriscando-se todo o investimento feito, acabou por embarcar para esse território ultramarino, onde é ressarcido em apenas uma pequena parte.³⁵ Outra versão é que ele teria ido de Berlim para Lisboa e só depois embarcado para o Brasil, seguindo os passos da família real, para apoiar a monarquia.³⁶ Ainda uma terceira versão é que saindo de Berlim expulso por Napoleão, evidentemente, não poderia voltar à Portugal invadida pelos franceses, logo, ele vai para o Brasil.³⁷

³⁴ FERREIRA, Silvestre Pinheiro. “Memórias Sobre os Abusos Gerais e Modo de os Reformar e Prevenir a Revolução Popular redigidas por Ordem do Príncipe Regente no Rio de Janeiro em 1814 e 1815”. In: *Idéias Políticas*. Vol. VII. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976, p. 27.

³⁵ PREGITZER, Maria Elsa. *A Primeira tese sobre Silvestre Pinheiro Ferreira: “Silvestre Pinheiro Ferreira: sein leben und seine philosophie”*. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Porto, série Filosofia, nº 8, segunda série, 1991, p. 86.

³⁶ PEREIRA, José Esteves. *Silvestre Pinheiro Ferreira: O seu pensamento político*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1974, p. 17.

³⁷ CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. *Silvestre Pinheiro Ferreira: a ordenação do poder nacional luso-brasileiro no século XIX*. Revista Discurso Filosófico, nº 6, jul/2001, p. 32.

No encaço da família real:

A respeito da estadia de Silvestre Pinheiro Ferreira no Brasil, pouco se sabe concretamente sobre sua trajetória, principalmente nos primeiros anos. Alguns eventos podem ser recuperados através de estudos esparsos, como os realizados pelos portugueses José Esteves Pereira e Maria Beatriz Nizza da Silva. Assim, sabemos que no Rio de Janeiro voltou a dar aulas de Filosofia, uma vez que sua carreira diplomática recém iniciada na Alemanha ficou estagnada. Isso provavelmente porque o Conde de Barca (o qual Silvestre Pinheiro era colaborador e este era seu mentor e amigo) além de ser uma das figuras proeminentes do Partido Francês, não fora incluído no novo gabinete brasileiro, de março de 1808, basicamente formado pelo Partido Inglês, que tinha como principal representante D. Rodrigo de Sousa Coutinho.³⁸ Pinheiro Ferreira, como partidário das idéias do Conde, provavelmente tenha sido, por esse motivo, apartado das funções diplomáticas.³⁹

Em 1811, após reiterados pedidos diretos ao rei, o conselheiro conseguiu um lugar na Junta do Comércio, local em que teve ativa participação. No ano seguinte, foi designado para negociar com a República de Buenos Aires, na questão da Cisplatina. Contudo, prevendo o fracasso de tal empreitada, recusou a missão. Devido a essa posição, recebeu uma ordem de prisão e exílio na Ilha da Madeira, que quase chegou a ser consumada a não ser pelo fato de ter sido perdoado momentos antes da partida (já se encontrava a bordo do navio).⁴⁰ Não está claro o porquê da indicação de Pinheiro Ferreira à tal missão, haja vista que já não desempenhava esse tipo de atividade. Entretanto, no início da década de 1820, ele voltará a tratar dessa questão, sempre favorável ao abandono da causa e ao fim da guerra.

Em 1813, iniciou seu curso de “Preleções Filosóficas” no Real Colégio São Joaquim, publicando-as na Imprensa Régia entre 1813 e 1820, órgão que veio a ser diretor; paralelamente, atuou como colaborador do jornal “O Patriota”. O Rio de Janeiro, nesse momento, era palco de um novo discurso, que enaltecia o advento de um tempo de “*liberdades para o Brasil*”, assim como o rompimento dos laços coloniais e de um destino

³⁸ SILVA, Ana Rosa Clochet da, op. cit., pp. 184-5.

³⁹ Apenas em 1814, após o falecimento do Conde das Galveias, sucessor de D. Rodrigo, Antônio de Araújo de Azevedo voltou ao governo de D. João VI, assumindo o Ministério da Marinha.

⁴⁰ José Esteves Pereira, op. cit., pp. 17-18.

afortunado para seus habitantes. Essa nova atmosfera de circulação de idéias estabelecia também um novo campo de crítica, ocasião de propagação de valores políticos e idéias liberais insurgentes.⁴¹ Dessa forma, fazendo parte desse novo cenário propício para a difusão do ideário iluminista, Silvestre Pinheiro Ferreira adquiriu grande notoriedade, uma vez que pôde disseminar seu pensamento, oriundo de uma visão cosmopolita típica do Iluminismo, possibilidade essa lhe negada em Portugal pelo fato de ir contra o conservadorismo da tradição escolástica, revigorado após a queda de Pombal.⁴² Assim, ele tornou-se muito conhecido e respeitado na Corte como filósofo liberal e intelectual ilustrado.

O ano de 1814 foi muito significativo para o Império português. Após anos de extrema agitação, finalmente o Império Napoleônico recuou e novamente foi instaurada a paz com Portugal. A Corte lusa, após seis anos de exílio em terras americanas, enfim estava livre e segura para voltar à parte européia de seu território. Entretanto, o que poderia parecer óbvio transformou-se em uma arena de incertezas: seria esta a melhor opção para a preservação da integridade e soberania da monarquia e suas possessões? Ou a permanência no Brasil, a parte mais rica e de maior potencial do Império, seria a melhor saída, uma vez que esta trouxe um revigoramento nas perspectivas em relação a um futuro novo e salutar, tão desejado pela ilustração luso-brasileira desde fins do século XVIII? Destarte, a pedido de D. João VI, Pinheiro Ferreira escreveu um parecer sobre a questão da sede da monarquia e de sua possível reforma, preservando a integridade do Império diante da onda avassaladora da revolução. Trata-se das *“Memórias Sobre os Abusos Gerais e Modo de os Reformar e Prevenir a Revolução Popular redigidas por Ordem do Príncipe Regente no Rio de Janeiro em 1814 e 1815”*.

No parecer, o conselheiro não se preocupou simplesmente em tratar da questão da residência da Corte, mas também aproveitou a oportunidade para sugerir modificações políticas que deveriam ser geridas pela Coroa, e evitar, assim, mudanças via ação revolucionária. Apontou as fraturas na administração pública, principalmente na real fazenda, convergindo com as posturas de ilustrados que acreditavam que *“um bom estado*

⁴¹ SLEMIAN, Andréa. *Vida Política em Tempos de Crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006, pp. 51-90 passim.

⁴² SILVA, Ana Rosa Clochet da, op. cit., p. 104.

da Fazenda é o melhor esteio dos tronos”⁴³. Sistematizou também leis para os súditos da nação portuguesa, de modo que seria possível ascender à nobreza, tanto de forma hereditária quanto por mérito, em qualquer parte do Império, abolindo a distinção metrópole-colônia. Portanto, era através destas modificações que o conselheiro entendia ser a única forma de remediar conseqüências que “*forças humanas ou enredos políticos já não poderiam contornar*”.⁴⁴

As mudanças aventadas no projeto de Silvestre Pinheiro Ferreira, apesar de terem sido solicitadas pelo regente, não obtiveram seguimento. Isso pelo fato de não terem repercutido de forma análoga entre os componentes do gabinete de D. João, tendo em vista a diversidade de opiniões que se confrontavam sobre a volta ou não da Corte para Portugal. O que foi proposto pelo conselheiro era a tentativa de estabelecer uma estrutura de poder que organizasse e hierarquizasse o Império de maneira homogênea, a fim de mitigar as dissensões dos vários interesses envolvidos no jogo político.⁴⁵ Além disso, o plano visava a reforma da monarquia, no sentido de sua modernização, viabilizando o desenvolvimento econômico, político e cultural do país, retirando-o da condição de inferioridade e inserindo-o na nova conjuntura do desenvolvimento europeu.

Este feito marca sua volta, dessa vez definitiva, à burocracia do Estado, sendo nomeado oficial da secretaria do ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1815, ano em que o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido. Apesar do caráter simbólico dessa ação, da elevação do Brasil a tal categoria, o conselheiro retoma suas atividades políticas num momento de afirmação do país como um corpo autônomo e de ascensão de um processo de institucionalização que já havia se iniciado antes mesmo de tal promoção. Com isso, ficou categoricamente nítido que não estava nos desígnios de D. João voltar à

⁴³ “Representação ao príncipe regente sobre vários assuntos”, de 5 de julho de 1798. In: *D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Textos políticos, econômicos e financeiros, 1783-1811*. t. II. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, pp. 89. apud SILVA, Ana Rosa Cloquet da, op. cit., p. 177.

⁴⁴ MACEDO, Roberto. *Brasil Sede da Monarquia: Brasil Reino (1ª parte)*. Col. História Administrativa do Brasil. 2ª ed. Brasília: Ed. UnB/FUNCEP, 1983, p. 153. Cabe aqui chamar a atenção para traçar um possível paralelo entre o fato de Antônio de Araújo de Azevedo ter retornado às funções do Estado em 1814, como ministro da Marinha, e Silvestre Pinheiro ter sido chamado por D. João VI para escrever seu sumário de providências no mesmo ano. Isso nos dá uma idéia do grau de ligação entre o conselheiro e o Conde de Barca.

⁴⁵ SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada: O Brasil como corpo autônomo (1780-1831)*. São Paulo: UNESP, 1999, pp. 56-7.

Portugal e deslocar mais uma vez a sede do poder imperial para Lisboa. A justificativa apresentada para que o Brasil deixasse de constituir uma possessão colonial portuguesa e passasse a formar um reino por si próprio foi pautada na verificação da importância de sua extensão territorial, riqueza e de sua posição geográfica; na reafirmação dos laços e da identidade entre Brasil e Portugal; também pautada na necessidade de formalizar a elevação do Brasil à categoria em que fora internacionalmente graduado pelos representantes das potências no Congresso de Viena. Além disso, tornara-se indispensável que o Brasil tivesse “*graduação política igual à majestade do trono, que nele se estabelecera*”.⁴⁶ Para Silvestre Pinheiro, essa era uma excelente oportunidade de participar de um momento novo, tendo a possibilidade de colocar na prática todo o seu conhecimento adquirido, decorrente de anos de estudos. Em todas as terras por onde passou, o conselheiro sucessivamente se deparou com “*motivos de queixas contra a dureza dos vários regimes, cujas leis limitavam tanto a liberdade individual do cidadão como os deveres de hospitalidade para com os forasteiros*”.⁴⁷ Isso fez com que sua permanência no estrangeiro influenciasse sua carreira e seu percurso intelectual, e direcionasse-os para as questões referentes a modernização das instituições e para o fortalecimento monárquico português.

Em 1820, a situação tornou-se insustentável. Era nítido que o modo de agir da política imperial ficou cada vez mais voltado para os interesses do Brasil, principalmente após 1815. Além disso, o fato de nunca se ter chegado a consenso algum oficialmente em relação à localidade do centro do poder acarretou uma série de insatisfações por parte dos portugueses da península, que empenharam seus esforços contra o estatuto colonial que Portugal ocupava, e alvitavam a revalorização de Lisboa como sede do Império.⁴⁸ O resultado disso foi o movimento revolucionário do Porto, eclodido no dia 24 de agosto, que tinha como lema a *Regeneração* da sociedade lusitana.⁴⁹

⁴⁶ PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 304-6.

⁴⁷ PREGITZER, Maria Elsa, op. cit., p. 91.

⁴⁸ SOUZA, Iara Lis Carvalho, op. cit., pp. 74-5.

⁴⁹ Os revoltosos proclamavam a necessidade de uma monarquia com instituições liberais e representativas, empregando como tática o estilo de sublevações populares e juntas governativas locais, como os que reprimiram os franceses em 1808-1809. - SILVA, Ana Rosa Cloquet da, op. cit., pp. 287-8. Dessa forma, foram convocadas as Cortes em caráter revolucionário, antes só reunidas excepcionalmente, mediante solicitação do rei. Elas proporcionaram uma novo sentido à soberania, na sua origem, atribuição e desempenho, fazendo emergir, pela primeira vez, uma concepção do poder vinculada à idéia de nação. -

As notícias advindas de Portugal chegaram ao Brasil, em 17 de outubro, dividindo opiniões. No Rio de Janeiro, o clima era de tensão. De um lado, estava o grupo dos aliados aos vintistas e às Cortes, que aspiravam pela saída de D. João VI e, com isso, terem a chance de instituir novas leis reguladoras das relações de poder, porque se achavam estorvados tanto em sua atuação política quanto na disputa de mercados ante o outro grupo que, por outro lado, empenhava-se para que o rei permanecesse no Brasil, uma vez que tinha reconhecimento político e policiava com cautela as dinâmicas do espaço público. É nesse bloco que Silvestre Pinheiro Ferreira se encaixava. O conselheiro (que neste momento havia sido nomeado ministro plenipotenciário em Washington, Estados Unidos, mas em decorrência dos acontecimentos não chegou a exercer tal cargo) entendia que o Brasil era promessa de um grande império sob a administração joanina, e que Portugal só teria a perder com o desmembramento, não tendo condições de sustentar-se separado do Brasil. Com efeito, a revolução terminaria por enfraquecer e, para amenizar os ânimos mais exaltados, D. Pedro seria encaminhado para lá. Também sabia que só haveria possibilidade de se manter a estrutura vigente não permitindo a disseminação de idéias revolucionárias na América, idéias essas que já haviam impregnado a Península Ibérica. Diante disso, o melhor recurso, em sua visão, era continuar o rei na América e enviar o príncipe da Beira para a Europa, evitando a separação dos reinos.⁵⁰

Contudo, em 1821 a situação se agravou. Diante da inércia que pairou até então sobre as decisões imperiais, devido à discordância quanto a forma de agir, tentativas frustradas de reação aos acontecimentos foram empreendidas, com a expedição de decretos, a fim de se evitar o que de antemão já havia sucedido nas províncias do Norte e Nordeste, mas que, ao invés de findar ou ao mesmo apaziguar a agitação no Rio de Janeiro, acabaram por estimulá-la consideravelmente. Sendo assim, em 26 de fevereiro, diante de um movimento insurreto⁵¹, foi proclamada no Rio de Janeiro a adoção do sistema

SOUZA, Iara Lis Carvalho, op. cit., p. 85.

⁵⁰ Ibidem, pp. 74-92 passim.

⁵¹ Insurreição ocorrida na Praça do Róssio em 26 de fevereiro, a qual composta por tropas, pequenos proprietários e comerciantes (em grande medida capitaneados pelo grupo do Ledo), impunha ao monarca o juramento prévio da Constituição que seria elaborada em Lisboa, a suspensão de dois decretos que se afastavam das correntes liberais e depreciavam o Brasil, assim como a nomeação de um novo ministério. - SILVA, Ana Rosa Clochet da, op. cit., p. 309. Com a vitória do movimento, o soberano não teve opção senão aceitar tais imposições; o juramento foi feito em público por ele mesmo na presença de seu filho e demais autoridade.

monárquico constitucional, com o juramento das constituições redigidas pela Cortes lisboetas por D. Pedro. Silvestre Pinheiro Ferreira foi chamado para integrar o novo ministério, sendo nomeado pelo príncipe para as pastas de Negócios Estrangeiros e da Guerra. Num primeiro momento, o conselheiro pediu ao rei sua dispensa de ambos os ministérios, por estar interessado em partir para o destino que anteriormente já lhe havia traçado, os Estados Unidos; porém, não obteve sucesso em sua solicitação devido à gravidade dos eventos.⁵² Nesse período, Pinheiro Ferreira envolveu-se diretamente nas decisões, contribuindo para amenizar e contornar os efeitos da Revolução no seio do Império. No desempenho dessas funções, acompanhou D. João VI no seu regresso a Portugal, em 26 de abril 1821, após o fatídico episódio da Praça do Comércio.

Depois de 26 de fevereiro e o movimento constitucionalista do Rio de Janeiro, apesar de não confirmada a partida do rei, ficou estipulado que D. Pedro ficaria no Brasil como regente. Isso gerou muitas desconfianças quanto ao modo de proceder do príncipe, que apesar de ter grandes qualidades, não tinha nenhuma experiência. Para acalmar os ânimos, Silvestre Pinheiro propôs que D. João mandasse convocar os eleitorais da comarca, com a finalidade de ouvir o parecer dos mesmos em relação às instruções à serem deixadas ao príncipe regente. Sua sugestão era que a reunião acontecesse no consistório da Igreja de São Francisco de Paula, local de fácil posicionamento da guarda ou da polícia, que manteria a entrada restrita e impediria aglomerações nas vizinhanças. Mas, ao contrário do que o conselheiro havia pensado, o rei mandou que fosse feita tal reunião na Praça do Comércio, onde foram construídas bancadas para servirem de assento para aqueles que quisessem acompanhar a reunião, uma vez que lhe certificaram não haver qualquer inconveniente nisso. A assembléia, marcada para 21 de abril, se descaracterizou quanto a seu objetivo inicial e passou-se a discutir questões alheias, como a aprovação da Constituição de Cádiz enquanto as Cortes não concluíssem o trabalho da constituição do Brasil, a formação de uma Junta Provisória de governo para que pudessem tutelar as ações de D. Pedro, além da partida imediata da família real. Estava o monarca no palácio da Boa Vista e, já avisado da confusão, mandou que as tropas marchassem para lá. Pinheiro Ferreira, extremamente preocupado com o que poderia acontecer, sugeriu que as tropas

⁵² FERREIRA, Silvestre Pinheiro. “Cartas sobre a Revolução do Brasil”. In: *Idéias Políticas*. Vol. VII. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976, pp. 42-6.

somente cercassem os arredores da praça, retirando de lá os eleitores e amedrontando os agitadores. Em vão. Mas, ao solicitar sua demissão no ato por não querer ser responsabilizado pelo que viesse a acontecer, haja vista que era o ministro da Guerra, D. João, não tendo idéia de como agir, negou-lhe o pedido e ainda lhe deu carta branca para operar da forma que lhe conviesse. Assim, o conselheiro partiu em direção à praça onde comunicou ao governador das armas seu plano para conter a agitação. Com a recusa por parte da assembléia dos eleitores em interromper os trabalhos, antes mesmo que o governador das armas chegasse a casa de Pinheiro Ferreira, vários corpos militares marchavam de seus quartéis para a Praça do Róssio. Diante disso, o estadista foi para a rua tentar ele mesmo, a qualquer custo, parar as tropas, mas foi inútil; as últimas ordens eram para estas avançarem. O resultado disso foi o término à força da assembléia com vários mortos e feridos.⁵³ Depois disso, diante do temor de novos conflitos, decidiu-se pela volta imediata de D. João para Portugal, e com ele embarca Silvestre Pinheiro Ferreira.

Na chegada em Lisboa, o conselheiro redigiu o documento régio para o juramento das Bases da Constituição. Mas, ao entrar no Palácio das Cortes, “*o rei sentiu-se desfalecer*”. Como teria dito mais tarde o próprio D. João VI, o motivo de seu mal súbito ao adentrar o Palácio foi o fato daquela situação ter-lhe lembrado do trágico fim de Luís XVI, guilhotinado na Revolução Francesa. Para o soberano, a presente circunstância era extremamente humilhante, fato é que “*a imagem que dava de si próprio era a de um rei desamparado e sem norte, à mercê dos liberais portugueses*”.⁵⁴ Dessa forma, foi o próprio foi Silvestre Pinheiro Ferreira que o leu. A divergência entre o filósofo e os constituintes apresentou-se tão logo o discurso em nome do rei se encerrou, pois a concepção de funções régias ativas e não meramente representativas, como foi escrito e lido por Pinheiro Ferreira, colidia nitidamente com o parecer votado pelo Congresso.⁵⁵ Para ele, só seria legítimo um regime que, para além de deixar ao rei a totalidade do poder executivo, lhe conferisse ainda poder de veto absoluto em matéria legislativa.

⁵³ Para uma explicação detalhada do acontecimento, ver – FERREIRA, Silvestre Pinheiro, op. cit., carta XXVI, pp. 91-102.

⁵⁴ ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império: Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Ed. Afrontamento, 1993, p. 564.

⁵⁵ PEREIRA, José Esteves, op. cit., pp. 22-23.

Permanecendo em Portugal no desempenho das mesmas funções que lhe atribuíra o príncipe D. Pedro ainda no Brasil, Silvestre Pinheiro, em maio de 1823, pediu exoneração das pastas ministeriais que ocupava, em decorrência da radicalização crescente em Portugal, que obrigou-o a exilar-se na França.⁵⁶ No período em que permaneceu em Paris, entre 1823 e 1842, concretizou seu sistema filosófico e completou sua obra constitucional, sagrando-se como um importante teórico do liberalismo. Silvestre Pinheiro Ferreira morreu em 1º de julho de 1846 em Lisboa, aos 76 anos, “*estimado e respeitado por quantos o conheceram*”, deixou documentado João José Louzada de Magalhães, autor da primeira tese sobre o conselheiro, desenvolvida na Universidade de Bona na Alemanha, no ano de 1880.⁵⁷

Conclusão:

Como pôde ser observado através desta exposição, Silvestre Pinheiro Ferreira teve um percurso instigante na Corte do Rio de Janeiro. Já que não conseguiu recuperar aqui o posto que ocupava em Berlim como representante do governo português, antes da invasão napoleônica na Península Ibérica, foi obrigado a retomar o magistério, mas manteve uma produção letrada formada por estudos filosóficos, artigos políticos e debates constitucionais. Vivendo no Rio de Janeiro entre 1809 e 1821, participou de um momento privilegiado para ser estudado, visto que com a instalação da Corte no Rio de Janeiro, “*as discussões políticas conheceram um verdadeiro boom, tornando-se mais públicas, corriqueiras e socialmente abrangentes*”.⁵⁸ Além disso, é um momento central para o debate em torno do futuro do Império e, dessa forma, encontra-se a coexistência complexa e conflitiva de diversos projetos à esse respeito.⁵⁹ A atmosfera da opinião pública crescente pairava pelos salões da Corte e ruas, lojas maçônicas, teatros e praça pública; por meio de

⁵⁶ A invasão da Espanha por tropas francesas para derrubar o regime constitucional e reconduzir ao poder o rei Fernando VII, estimulou o levantamento absolutista no norte de Portugal e incentivou o partido da rainha Carlota Joaquina a revoltar-se abertamente, confiante no auxílio francês, em 27 de Maio de 1823. D. Miguel foi nomeado comandante-chefe do Exército, no intuito de induzir D. João VI à abdicar, uma vez que se mantinha fiel à Constituição que jurara. Porém, em 31 de abril, D. João partiu para Vila Franca, onde obrigou o príncipe rebelde a render-se, regressando a Lisboa em triunfo. Após estes eventos, as Cortes dispersaram-se e vários políticos liberais saíram para o exílio, sendo restaurado o regime absolutista – AMARAL, Manuel. *Cronologia do Liberalismo: de 1777 a 1926*. O Portal da História: Portugal Liberal. Disponível em: <www.arqnet.pt>. Capturado em: 24 mai. 2008.

⁵⁷ PREGITZER, Maria Elsa, op. cit., p. 85.

⁵⁸ João Paulo Garrido Pimenta. “Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano”. *Almanack Braziliense*, nº 03, maio de 2006, pp. 69-80.

⁵⁹ João Paulo Garrido Pimenta, op. cit., pp. 74-75.

gritos e gestos, além da diversidade de papéis incendiários, manuscritos, impressos e jornais, procurava-se não só ampliar ainda mais o espaço e o número de participantes das discussões, como também, por vezes, confundia-se, de modo extremamente preocupante para muitos, as concepções de liberdade e igualdade.⁶⁰ Assim, a figura de Silvestre Pinheiro Ferreira se encontra atrelada a tão importantes acontecimentos, tendo deixado seu nome escrito junto ao daqueles homens de Estado, comprometidos com a estrutura de poder monárquica, que enfrentaram as significativas mudanças que os ventos revolucionários impingiram ao Império Português, com o intuito de guiar o futuro da nação lusitana à tempos tão gloriosos quanto o de seu passado.

Bibliografia:

- ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império: Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Ed. Afrontamento, 1993.
- AMARAL, Manuel. *Cronologia do Liberalismo: de 1777 a 1926*. O Portal da História: Portugal Liberal. Disponível em: <www.arqnet.pt>. Capturado em: 24 mai. 2008.
- BRAY, Renato Toller. *O Processo Civilizatório no Brasil e a Escolástica: Questões de História do Direito*. Revista Boletim Jurídico, Uberaba, Ano V, n. 261, ed. 153, nov./2005.
- CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. *Silvestre Pinheiro Ferreira: a ordenação do poder nacional luso-brasileiro no século XIX*. Revista Discurso Filosófico, nº 6, jul/2001.
- FERREIRA, Silvestre Pinheiro. “Memórias Sobre os Abusos Gerais e Modo de os Reformar e Prevenir a Revolução Popular redigidas por Ordem do Príncipe Regente no Rio de Janeiro em 1814 e 1815”. In: *Idéias Políticas*. Vol. VII. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1976.
- FERREIRA, Silvestre Pinheiro. “Cartas sobre a Revolução do Brasil”. In: *Idéias Políticas*. Vol. VII. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1976.
- Institute of Mineralogy: History*. Disponível em: Museum für Naturkunde Berlin - www.museum.hu-berlin.de. Acesso: 19 mai. 2008 (Autor desconhecido).
- Library: Schultz's Biobibliography*. Disponível em: The Mineralogical Record. – www.minrec.org – Acesso em: 20 mai. 2008 (Autor desconhecido).
- MACEDO, Roberto. *Brasil Sede da Monarquia: Brasil Reino (1ª parte)*. Col. História Administrativa do Brasil. 2ª ed. Brasília: Ed. UnB/FUNCEP, 1983.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Construtores e Herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política”. *Almanack Braziliense*, nº1, mai/2005.

⁶⁰ Ilmar Rohloff de Mattos, op. cit., p. 17.

- MENEGAT, Rualdo. *Arqueologia do Conhecimento Português a época do Descobrimento e as Fontes sobre a Territorialização Científica do Brasil*. Revista Episteme, Porto Alegre, n. 15, ago./dez. 2002, p. 5-14.
- O Idealismo Pós-Kantiano: Fichte, Schelling e Schleiermacher*. Disponível em: Mundo dos Filósofos – www.mundodosfilosofos.com.br. Acesso: 17 maio 2008 (Autor desconhecido).
- O Iluminismo Francês*. Disponível em: O Mundo dos Filósofos <www.mundodosfilosofos.com.br> Acesso em: 15 out. 2007 (Autor desconhecido).
- PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- PEREIRA, José Esteves. *Silvestre Pinheiro Ferreira: O seu pensamento político*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1974.
- PREGITZER, Maria Elsa. *A Primeira tese sobre Silvestre Pinheiro Ferreira: “Silvestre Pinheiro Ferreira: sein leben und seine philosophie”*. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Porto, série Filosofia, nº 8, segunda série, 1991, p. 85-103.
- João Paulo Garrido Pimenta. “Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano”. *Almanack Braziliense*, nº 03, maio de 2006, pp. 69-80.
- SILVA, Ana Rosa Cloquet da. *Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2006.
- SLEMIAN, Andréa. *Vida Política em Tempos de Crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada: O Brasil como corpo autônomo (1780-1831)*. São Paulo: UNESP, 1999.
- VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808: O Império luso-brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.